

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mitsuko Aparecida Makino Antunes¹; <https://orcid.org/0000-0003-2793-7410>

Ruzia Chaouchar dos Santos²; <https://orcid.org/0000-0002-3441-782X>

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães³; <https://orcid.org/0000-0002-7677-6337>

Apresentamos o número 51 de nossa Revista, o primeiro de três que serão publicados com a data de 2020, ano insólito, cujas consequências ainda não são previsíveis, embora já se possa dizer que este será lembrado como um ano trágico para o mundo. Atravessamos este ano com uma pandemia que já deixou mais de 5 milhões de pessoas infectadas e mais de 150 mil mortos no Brasil. Mas não foi só isso, a ciência foi atacada, desqualificada e negligenciada. Assim como o foi a educação, a cultura, a saúde e o meio ambiente.

Quando este número da Revista estava sendo concluído, mais um ataque à educação; desta vez, a educação inclusiva, que vem sendo construída com muito esforço e buscando superar tantos obstáculos, corre o risco, pelo Decreto nº 10.502/2020, de ser minada em seus princípios mais caros.

Assim, a Comissão Editorial desta revista entende ser importante deixar explícito seu posicionamento acerca desse Decreto. A Revista Psicologia da Educação da PUC-SP reafirma aqui seu compromisso histórico ombreado às pessoas com deficiência na luta por seus direitos. É com pesar e com espírito combativo que elencamos alguns pontos que devem ser trazidos à tona em relação a este decreto e todo um conjunto de expropriações dragadas por ele.

Criteriosamente engendrado, este decreto mostra a que veio: trazer uma falsa consciência da realidade da Educação Especial-Inclusiva. Palavras e expressões que são próprias da nossa luta misturam-se a outras, de caráter ideológico; escondendo sua verdadeira face e, sobretudo, faltosas na ética! Ao longo do texto vamos sendo tomados de assalto pela ameaça às conquistas históricas tão caras às pessoas com deficiência. O título do decreto não o faz ser equitativo e inclusivo. Outra expressão, “aprendizado ao longo da vida”, maliciosamente colocada no decreto, parece à

primeira vista algo coerente com uma perspectiva de educação integral, permanente e inclusiva. Contudo, sabemos que se propõe uma escolarização segregada, em instituições particulares, porém mantidas pelo poder público, que estarão de portas abertas e cujos interesses são, no mínimo, duvidosos. Isso sem mencionar as escolas especializadas, que voltam à baila, bem organizadas por “tipo” de deficiência, ou seja, radicalmente segregatórias.

Trata-se de um discurso falacioso, que promete recursos, serviços e ações que soam, para ouvidos ingênuos, como avanço na educação de educandos com deficiência. No Capítulo V elencam-se esses serviços e recursos, como centros especializados, centros de apoio, centros de atividades, centros de capacitação profissional, classes especializadas, classes e escolas bilíngues, escolas especializadas, escolas-polo de atendimento especializado, materiais didáticos acessíveis e tecnologia assistiva disponíveis, salas de recursos, núcleos de acessibilidade, serviços variados de atendimento especializado. E quem oferecerá tudo isso? Eis aí uma das formas de expressão do caráter eminentemente privatista deste decreto, que abre não só brechas, mas valas enormes para a iniciativa privada e seus interesses mercantis com a transferência para seus cofres do dinheiro público destinado à educação especial/inclusiva.

No próximo número desta Revista, será publicada a conferência dada por Carla Biancha Angelucci, para o evento *Implicações do Decreto nº 10.502 no desmonte das políticas públicas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*, convidada pela Faculdade de Educação da PUC-SP e seus quatro programas de pós-graduação (Educação: Currículo; Educação: Psicologia da Educação; Educação: História, Política e Sociedade e Educação: Formação de Formadores), com a participação de gestores, docentes e discentes

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; miantunes@pucsp.br

2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; ruziachaouchar@hotmail.com

3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; lucianam11@hotmail.com

(que foram os organizadores principais do evento). A análise apresentada pela conferencista reafirma nosso posicionamento e o aprofunda e complementa, com especial destaque para a interpretação da inconstitucionalidade do referido decreto.

Estamos, pois, diante da prova cabal da intenção deste decreto. Caminho inverso, inconstitucional, incoerente, irresponsável, que desconsidera a concepção social de pessoa com deficiência, colocando-a retrogradamente sob a égide do modelo médico e patologizante, priorizando o biológico, a falta, o defeito, em detrimento da pessoa como ser humano concreto. É preciso que se interprete o dito decreto à luz da luta histórica pelos direitos da pessoa com deficiência. Não dá mais para aceitar ingênua e passivamente nos argumentos banais e aligeirados que teimam em repetir que a educação inclusiva não dá certo, que a escola não está preparada, que professores não estão preparados! Estas são falsas questões! É o beco sem saída onde querem nos colocar! É mais um passo na direção de um “novo” projeto para uma educação elitista, privatista, acrílica e excludente de todas as formas expressas de diversidade e diferença.

Entretanto, o ataque à educação inclusiva é apenas uma face da moeda.

Os desdobramentos expressivos da ordem dominante vigente fundada em movimentos de privatização e subordinação às leis do mercado, reverberam entre outros campos da vida social, em leis e decretos orientados para dar curso ao aprofundamento do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, que passam a ser justificados e legitimados socialmente por um discurso falacioso e reforçado pela situação dramática de crise sanitária que assola o mundo e, muito particularmente, o Brasil, naturalizando as desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e de gênero, como forma de manutenção da opressão e das injustiças sociais.

Diante disso, pode-se ilustrar os retrocessos na política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas, proposta pela portaria de nº 069/2020, do Governo Federal, que aparentemente intenciona mitigar os efeitos da pandemia, ao pressupor o atendimento oferecido à população em situação de rua por comunidades terapêuticas em tempos pandêmicos. Todavia, é necessário interpretar esse movimento em suas contradições, haja vista que essa suposta medida de acolhimento oculta em seu bojo o processo de mercantilização dos fenômenos da vida social que se ancoram na ideologia de “guerra às drogas”, constituídas por princípios proibicionistas, manicomiais

e de higienização social forjados nas e pelas relações de dependência servil aos modelos hegemônicos do capital. Entender esse movimento e sua relação com o desmonte da educação inclusiva é tarefa que se nos impõe.

Esse processo, em articulação com a lógica lucrativa de leitos de internação psiquiátrica privados, entre outras formas trágicas de expressão de desumanização dos sujeitos, colocam-se na contramão da efetivação dos pressupostos históricos da Reforma Psiquiátrica e do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, que compõem a política de Saúde Mental brasileira, em defesa dos direitos de cidadania que subsidiaram/subsidiam os movimentos de luta e resistência enredados por forças coletivas em prol das redes de atenção à saúde, delineadas em consonância com os fundamentos de intersectorialidade, integralidade e universalização que orientam a reabilitação psicossocial da população usuária dos serviços de saúde mental no território brasileiro, tal como preconizado pela Lei nº 10.216/2001.

Vale mencionar que o recrudescimento de proposições forjadas pela lógica de privatização do Sistema Único de Saúde, sustentam-se em tendências lucrativas e segregacionistas que se expressam, especialmente, em processos de exclusão social, estigmatização e naturalização do extermínio da população jovem negra periférica, moradores de rua, povos tradicionais e quilombolas, entre outros grupos sociais mais vulneráveis, enfocados sob o prisma da periculosidade, incapacidade e/ou moralismo, que alicerçam os regimes de contenção, vigilância, disciplinarização e ajustamento ao *status quo*. Em tempo, ainda que carecendo de estudo e análise rigorosa, acabou de ser publicado o Decreto nº 10.530/2020, que transfere para o Ministério da Economia determinações relativas à política de atenção primária à saúde, prevendo parcerias com o setor privado.

Nessa direção, convém assinalar também que a suposta ingenuidade presente em pressuposições que objetivam assegurar a amplificação de uma educação democrática em diferentes níveis, está circunscrita na lógica empresarial subsumida aos interesses do capital estrangeiro, tal como indicado nas raízes das acepções da portaria de nº 434/2020, que propõe a sistematização de Grupo de Trabalho fundada sob formulações que visam subsidiar a elaboração de estratégias orientadas para a ampliação da oferta dos cursos para o ensino superior em modalidade de educação a distância nas universidades federais. Tais medidas de aceleração do ensino EAD em instituições públicas, por sua vez,

comprometidas com a expansão e consolidação do processo de mercantilização do ensino por conglomerados internacionais se expressam na massificação da “educação bancária” (Freire, 1970/1987), que se manifesta na acentuação dos ordenamentos formativos normatizadores, meritocráticos e produtivistas, que acirram as condições de precarização dos processos de ensino-aprendizagem, tornando as atividades docentes cada vez mais alienadas. Com efeito, tais aspectos reforçam o esvaziamento da função social do ato de ensinar que deve primar por sua intencionalidade em propiciar aos/as educandos/as instrumentos e signos culturais que lhes permitam a apropriação dos conhecimentos sistematizados historicamente e coletivamente pela humanidade, que são bases fundantes para o compromisso ético e político com a transformação da realidade, revelando-se como retrocesso histórico que atingem, sobremaneira, a expressiva parcela da população pobre brasileira.

Ademais, neste número, está publicado o artigo *Contribuições da Pós-graduação sobre educação para o trânsito*, que faz uma revisão das pesquisas nesse campo, dada a importância do tema e a necessidade do empreendimento de esforços para a diminuição da morbo-mortalidade no trânsito no país. Em tempo, há pouco o Código Nacional de Trânsito foi modificado, afrouxando as penalidades para infrações que põem em risco a vida de seres humanos.

Mais uma vez não podemos deixar de destacar a colaboração de muitas pessoas, entre elas mestrandas, doutorandas e ex-alunas, hoje doutoras e pós-doutorandas, do nosso PED: Ruzia Chaouchar dos Santos, Bárbara Palhuzi, Cíntia de Fátima, Jaqueline Nery, Daniele Kramm, Luciana Magalhães, Alessandra Olivieri, Regina Prandini, Marcus França Lopes, Sandra de Oliveira, Jéssica Silva, Priscila da Costa, Aline Matos, além do assistente de coordenação do Programa, Edson Aguiar. Sem cada uma/um de vocês, a concretização desta Revista não seria possível.

Agradecemos, também, aos muitos colegas pesquisadores que, numa situação tão excepcional, encontraram tempo para contribuir com as avaliações dos artigos submetidos à Revista.

Reconhecemos, especialmente, a importância do Programa PIPEQ, da PUC-SP, que tem financiado esta publicação, assim como aos demais profissionais da Universidade, em especial Waldir Alves, que nos têm dado um apoio profissional de excelência.

Referências

- Freire, P. (1970/1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Brasil. (2020). Portaria nº 069, de 14 de maio de 2020. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 22 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 20 out. 2020. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm
- Brasil. (2020). Portaria nº 434/2020, de 22 de outubro de 2020. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 24 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-434-de-22-de-outubro-de-2020-284699573>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 27 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.530-de-26-de-outubro-de-2020-284999568>

Recebido: 27 de outubro de 2020
Aprovado: 28 de outubro de 2020

IN DEFENSE OF INCLUSIVE EDUCATION

Mitsuko Aparecida Makino Antunes¹; <https://orcid.org/0000-0003-2793-7410>

Ruzia Chaouchar dos Santos²; <https://orcid.org/0000-0002-3441-782X>

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães³; <https://orcid.org/0000-0002-7677-6337>

We present here the 51st issue out of three that will be published with the date of 2020 of our Journal. This year has been an unusual one, whose consequences are not yet predictable, although it can already be said that this year will be remembered as a tragic one for the world. We are going through this year with a pandemic that has already left more than 5 million infected people and more than 150 thousand dead in Brazil. But that was not all, science was attacked, disqualified and neglected. As well as the education, culture, health and the environment. When this issue of the Journal was being completed, yet another attack on education emerged: this time towards inclusive education, which has been built with great effort and has been seeking to overcome so many obstacles, runs the risk of being undermined in its most expensive principles by Decree No. 10.502/2020. Thus, the Editorial Board of this Journal considers that is important to express our position regarding this Decree. The Revista Psicologia da Educação at PUC-SP reaffirms here its historical commitment to people with disabilities in the fight for their rights. It is with regret and a combative spirit that we list some points that must be brought up in relation to this decree and a whole set of expropriations engendered by it. This decree is critically engineered and shows what it came for: to bring a false awareness of the reality of Special-Inclusive Education. Words and phrases that are proper of our political struggle are mingled with others of ideological character; this hides the decree's true face and above all defaults on ethics! Throughout the decree's text we are being assaulted by the threat to historical achievements so dear to people with disabilities. The title of the decree does not make it equitable and inclusive. Another expression, "lifelong learning", maliciously placed in the

decree, seems at first to be something coherent with a perspective of integral, permanent and inclusive education. However, we know that it proposes a segregated school in private institutions, although sustained by public power, which doors will be open and whose interests are at least dubious. Not to mention the specialized schools, which return to the dance, well organized by "type" of disability, that is, radically segregated.

It is a fallacious discourse, which promises resources, services and actions that sound, to naive ears, as an advance in the education of students with disabilities. In the decree's chapter V the services and resources are listed as specialized centers, support centers, activity centers, training centers, specialized classes, bilingual classes and schools, specialized schools, specialized care center schools, available accessible didactic materials and assistive technology, resource rooms, accessibility centers, varied specialized care services. And who will offer all this? Here is one of the forms of expression of the eminently privatist character of this decree, which opens not only loopholes, but huge ditches for the private initiative and its commercial interests with the transfer of public money destined for special/inclusive education to their vaults.

In the next issue of this journal, it will be published the conference given by Carla Biancha Angelucci for the event *Implications of Decree No. 10.502 in the dismantling of public policies for Special Education from the perspective of Inclusive Education*, who was invited by the Faculty of Education of PUC - SP and its four postgraduate programs (Education: Curriculum; Education: Educational Psychology; Education: History, Politics and Society and Education: Training of Trainers), with the participation of managers, teachers and students (who were the main organizers of the event). The analysis presented by the speaker

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; miantunes@pucsp.br

2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; ruziachaouchar@hotmail.com

3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; lucianam11@hotmail.com

reaffirms our position and deepens and complements it, with special emphasis on the interpretation of the unconstitutionality of the referred decree.

Therefore we are in front of the thorough proof of this decree's intention. An inverse, unconstitutional, incoherent, and irresponsible path, which disregards the social conception of a person with a disability, places them retrogradely under the aegis of the medical and pathological model, prioritizing the biological, the lack, the defect, to the detriment of the person as concrete human being. The interpretation of the referred decree in the light of the historical struggle for the rights of people with disabilities is highly needed. It is no longer possible to accept naively and passively in the banal and light-hearted arguments that insist on repeating that inclusive education does not work, that the school is not prepared, that teachers are not prepared! These are false questions! It's the dead end where they want to put us! It's another step towards a "new" project to an elitist education, privatized, uncritical and excluding all expressed forms of diversity and difference.

However, the attack on inclusive education is just one side of the coin.

The expressive developments of the prevailing dominant order founded on movements of privatization and subordination to the laws of the Market reverberate among other fields of social life, in laws and decrees aimed at promoting the deepening of the dismantling of social and labor rights, which are now to be socially justified and legitimized by a fallacious discourse and reinforced by the dramatic situation of the health crisis that is plaguing the world and, particularly, Brazil, naturalizing social, economic, ethnic-racial and gender inequalities, as a way of maintaining oppression and social injustices.

In view of this, we can illustrate the setbacks in the national policy on mental health, alcohol and other drugs, proposed by Ordinance No. 069/2020, of the Federal Government, which apparently intends to mitigate the effects of the pandemic, by assuming the service offered to homeless population by therapeutic communities in pandemic times. However, it is necessary to interpret this movement in its contradictions, given that this supposed measure of acceptance hides in its core the process of commodification of the phenomena of social life that are anchored in the ideology of "war on drugs", constituted by the prohibitionist, mental institution and social hygiene principles which are forged in and by the servile dependency relations to

the hegemonic models of the Capital. Understanding this movement and its relationship with the dismantling of inclusive education is a task that is imposed on us.

This process, in conjunction with the profit logic of private psychiatric hospital beds, among other tragic forms of expression of dehumanization of the subjects, go against the realization of the historical premises of the Psychiatric Reform and the National Anti-Asylum Movement, which make up the Brazilian Mental Health policy, in defense of the citizenship rights that subsidized/subsidize the movements of struggle and resistance enmeshed by collective forces in favor of health care networks, outlined in line with the foundations of intersectoriality, integrality and universalization that guide the psychosocial rehabilitation of the population using mental health services in Brazilian territory, as recommended by Law No. 10, 216/2001.

It is worth mentioning that the upsurge of propositions forged by the privatization logic of the Unified Health System, are based on profitable and segregationist tendencies that are expressed, especially, in processes of social exclusion, stigmatization and naturalization of the extermination of the peripheral black young population, homeless people, traditional peoples and quilombolas, among other more vulnerable social groups, focused on the prism of dangerousness, incapacity and/or moralism, which underpin the regimes of containment, surveillance, disciplinization and adjustment to the *status quo*. In time, the Decree No. 10,530/2020 has just been published even though it lacks rigorous study and analysis, which transfers determinations regarding the primary health care policy to the Ministry of Economy providing for partnerships with the private sector.

In this sense, it should also be noted that the supposed naivety present in assumptions that aim to ensure the expansion of democratic education at different levels, are circumscribed in the business logic subsumed to the interests of foreign capital, as indicated in the roots of the ordinance n° 434 / 2020, which proposes the systematization of a Working Group founded on formulations that aim to subsidize the development of strategies aimed at expanding the offer of courses for higher education in the form of distance education in federal universities. Such measures to accelerate distance education in public institutions, in turn, committed to the expansion and consolidation of the process of commodification of education by international conglomerates, are

expressed in the widespread “bank education” (Freire, 1970/1987), which manifests itself the accentuation of the standard - setting training systems, meritocratic and productivist, that worsen the precarious conditions of teaching-learning processes, making teaching activities increasingly alienated. In effect, such aspects reinforce the emptying of the social function of the act of teaching, which must excel in its intentionality in providing students with cultural instruments and signs that allow them to appropriate the knowledge systematized historically and collectively by humanity, which are the fundamental bases for the ethical and political commitment to the transformation of reality, revealing itself as a historical setback and that reach, above all, the expressive portion of the poor Brazilian population.

Furthermore, in this issue, the article *Postgraduate contributions on traffic education* is published, which reviews the research in this field, given the importance of the topic and the need to undertake efforts to reduce morbidity and mortality in traffic in the country. In time, the National Traffic Code was recently modified, easing penalties for infractions that endanger the lives of human beings.

Once again we can not fail to highlight the collaboration of many people, among them master students, doctoral students and alumni, today doctors and postdoctoral students, of our PED: Ruzia Chaouchar dos Santos, Bárbara Palhuzzi, Cíntia de Fátima, Jaqueline Nery, Daniele Kramm, Luciana Magalhães, Alessandra Olivieri, Regina Prandini, Marcus Vinícius Lopes, Sandra de Oliveira, Jéssica Silva, Priscila da Costa, Aline Matos, in addition to the Program’s coordination assistant, Edson Aguiar. Without each one of you, the realization of this Journal would not be possible.

We are also grateful to the many fellow researchers who, in such an exceptional situation, found time to contribute to the evaluations of articles submitted to the Journal.

We especially recognize the importance of the PIPEQ Program, from PUC - SP, which has financed this publication, as well as the other professionals at the University, especially Waldir Alves, who have given us excellent professional support.

References

- Freire, P. (1970/1987). *Pedagogia do oprimido*. 17^a Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Brasil. (2020). Portaria nº 069, de 14 de maio de 2020. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 22 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 20 out. 2020. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm
- Brasil. (2020). Portaria nº 434/2020, de 22 de outubro de 2020. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 24 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-434-de-22-de-outubro-de-2020-284699573>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 27 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.530-de-26-de-outubro-de-2020-284999568>

Received: October 27, 2020
Approved: October 28, 2020

EN DEFENSA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Mitsuko Aparecida Makino Antunes¹; <https://orcid.org/0000-0003-2793-7410>

Ruzia Chaouchar dos Santos²; <https://orcid.org/0000-0002-3441-782X>

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães³; <https://orcid.org/0000-0002-7677-6337>

Presentamos el número 51 de nuestra Revista, el primero de tres que se publicarán con la fecha de 2020, un año insólito, cuyas consecuencias aún no son predecibles, aunque ya se puede decir que este será recordado como un año trágico para el mundo. Estamos atravesando este año con una pandemia que ya ha dejado más de 5 millones de infectados y más de 150 mil muertos en Brasil. Pero eso no fue todo, la ciencia fue atacada, descalificada y tratada con negligencia. Al igual que la educación, la cultura, la salud y el medio ambiente.

Cuando se terminó este número de la revista, otro ataque a la educación; esta vez, la educación inclusiva, que se ha construido con gran esfuerzo y buscando superar tantos obstáculos, corre el riesgo, por el Decreto No. 10.502/2020, de ser socavada en sus principios más caros.

Por ello, el Comité de Redacción de esta revista considera importante dejar explícita su posición respecto a este Decreto. La Revista *Psicologia da Educação* de la PUC-SP reafirma aquí su compromiso histórico con las personas con discapacidad en la lucha por sus derechos. Es con pesar y espíritu combativo que enumeramos algunos puntos que deben ser planteados en relación con este decreto y todo un conjunto de expropiaciones dragadas por él.

Generado criteriosamente, este decreto muestra lo que vino a ser: producir una falsa conciencia de la realidad de la Educación Especial Inclusiva. Palabras y expresiones propias de nuestra lucha se mezclan con otras, de carácter ideológico; ocultando su verdadero rostro y, sobre todo, que faltan con la ética! A lo largo del texto somos asaltados por amenazas a logros históricos tan queridos por las personas con discapacidad. El título del decreto no lo hace equitativo y inclusivo. Otra expresión, “aprendizaje a

lo largo de la vida”, colocada maliciosamente en el decreto, parece en un principio algo coherente con una perspectiva de educación integral, permanente e inclusiva. Sin embargo, sabemos que se propone una escolarización segregada, en instituciones privadas, pero mantenida por el gobierno, que tendrá las puertas abiertas y cuyos intereses son, al menos, dudosos. Por no hablar de las escuelas especializadas, que resurgen, bien organizadas por “tipo” de discapacidad, es decir, radicalmente segregativas. Es un discurso falaz, que promete recursos, servicios y acciones que suenan, para oídos ingenuos, como un avance en la educación de estudiantes con discapacidad. El Capítulo V enumera estos servicios y recursos, tales como centros especializados, centros de apoyo, centros de actividad, centros de formación profesional, clases especializadas, clases y escuelas bilingües, escuelas especializadas, escuelas de polo de servicios especializados, materiales didácticos accesibles y tecnología de asistencia disponible, salas de recursos, centros de accesibilidad, variados servicios de atención especializada. ¿Y quién ofrecerá todo esto? He aquí una de las formas de expresión del carácter eminentemente privatista de este decreto, que abre no solo huecos, sino enormes acequias a la iniciativa privada y sus intereses comerciales con la transferencia a sus arcas de dinero público destinado a la educación especial/inclusiva.

En el próximo número de esta revista se publicará la conferencia dada por Carla Biancha Angelucci, para el evento *Implicaciones del Decreto No. 10.502 sobre el desmantelamiento de las políticas públicas en Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva*, invitada por la Facultad de Educación de la PUC-SP y sus cuatro programas de posgrado (Educación: Currículo; Educación: Psicología de la Educación; Educación: Historia, Política y Sociedad y Educación: Formación

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; miantunes@pucsp.br

2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; ruziachaouchar@hotmail.com

3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; lucianam11@hotmail.com

de Formadores), con la participación de directivos, docentes y estudiantes (quienes fueron los principales organizadores del evento). El análisis presentado por el ponente reafirma nuestra posición y la profundiza y complementa, con especial énfasis en la interpretación de la inconstitucionalidad de dicho decreto. Estamos, entonces, frente a la prueba plena de la intención de este decreto. Camino inverso, inconstitucional, incoherente, irresponsable, que desconoce el concepto social de las personas con discapacidad, colocándolas de forma retrógrada bajo la égida del modelo médico y visión patológica, priorizando lo biológico, la carencia, el defecto, en detrimento de la persona como ser humano concreto. Este decreto debe interpretarse a la luz de la lucha histórica por los derechos de las personas con discapacidad. ¡Ya no es posible aceptar ingenua y pasivamente en los argumentos banales y superficiales que insisten en repetir que la educación inclusiva no funciona, que la escuela no está preparada, que los profesores no están preparados! ¡Estas son cuestiones falsas! ¡Es el callejón sin salida donde quieren ponernos! Es un paso más en la dirección de un “nuevo” proyecto de educación elitista, privatista, acrítica y excluyente de todas las formas expresadas de diversidad y diferencia.

Sin embargo, el ataque a la educación inclusiva es solo una cara de la moneda. La multiplicación expresiva de la orden dominante vigente fundamentada en movimientos de privatización y subordinación a las leyes del mercado, reverberan entre otros campos de la vida social, en leyes y decretos orientados a dar paso a la profundización del desmantelamiento de los derechos sociales y laborales, que pasan a ser justificados y legitimados socialmente por un discurso falaz y reforzado por la dramática situación de la crisis de salud que azota al mundo y, en particular, a Brasil, naturalizando las desigualdades sociales, económicas, étnico-raciales y de género, como forma de mantener la opresión y las injusticias sociales. En el próximo número de esta revista se publicará la conferencia de Carla Bianca Angelucci, para el evento *Implicaciones del Decreto No. 10.502 sobre el desmantelamiento de las políticas públicas en Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva*, invitada por la Facultad de Educación de la PUC-SP y su cuatro programas de posgrado (Educación: Currículo; Educación: Psicología de la Educación; Educación: Historia, Política y Sociedad y Educación: Formación de Formadores), con la participación de directivos, docentes y estudiantes (quienes fueron los principales organizadores del evento). El análisis presentado por la ponente reafirma nuestra posición

y la profundiza y complementa, con especial énfasis para la interpretación de la inconstitucionalidad de dicho decreto. Estamos, entonces, frente a la prueba plena de la intención de este decreto. Camino inverso, inconstitucional, incoherente, irresponsable, que no considera el concepto social de las personas con discapacidad, colocándolas de forma retrógrada bajo la égida del modelo médico y de la patología, priorizando lo biológico, la carencia, el defecto, en detrimento de la persona como ser humano concreto. Este decreto debe interpretarse a la luz de la lucha histórica por los derechos de las personas con discapacidad. ¡Ya no es posible aceptar ingenua y pasivamente los argumentos banales y superficiales que insisten en repetir que la educación inclusiva no funciona, que la escuela no está preparada, que los profesores no están preparados! ¡Son cuestiones falsas! ¡Es el callejón sin salida donde quieren ponernos! Es un paso más en la dirección de un “nuevo” proyecto de educación elitista, privatista, acrítica y excluyente de todas las formas expresadas de diversidad y diferencia. Sin embargo, el ataque a la educación inclusiva es solo una cara de la moneda.

La expresiva multiplicación de la orden dominante imperante fundamenta en movimientos de privatización y subordinación a las leyes del mercado, reverberan entre otros campos de la vida social, en leyes y decretos orientados a dar paso a la profundización del desmantelamiento de los derechos sociales y laborales, que ahora pasan a ser justificados y legitimados socialmente por un discurso falaz, reforzado por la dramática situación de la crisis de salud que azota al mundo y, en particular, a Brasil, naturalizando las desigualdades sociales, económicas, étnico-raciales y de género, como forma de mantener la opresión y las injusticias sociales.

Ante esto, podemos ilustrar los retrocesos en la política nacional de salud mental, alcohol y otras drogas, propuesta por la Ordenanza No. 069/2020, del Gobierno Federal, que aparentemente pretende mitigar los efectos de la pandemia, al presumir el servicio ofrecido a población sin hogar por comunidades terapéuticas en tiempos de pandemia. Sin embargo, es necesario interpretar este movimiento en sus contradicciones, dado que esta supuesta medida de acogimiento oculta en su núcleo el proceso de mercantilización de los fenómenos de la vida social que están anclados en la ideología de la “guerra contra las drogas”, constituida por principios prohibicionistas, énfasis a tratamientos en manicomios y higiene social forjada en y por las relaciones de dependencia servil a

los modelos hegemónicos del capital. Comprender este movimiento y su relación con el desmantelamiento de la educación inclusiva es una tarea que se nos impone.

Este proceso, unido a la lógica rentable de lechos de hospitalización psiquiátrica privada, entre otras formas trágicas de expresión de deshumanización de los sujetos, van en contra de la efectividad de los supuestos históricos de la Reforma Psiquiátrica y del Movimiento Nacional Anti Manicomio, que conforman la Política Brasileña de Salud Mental, en defensa de los derechos de ciudadanía que subsidiaron/subsidian los movimientos de lucha y resistencia enmarañados por fuerzas colectivas a favor de las redes de salud, esbozada en línea con los fundamentos de intersectorialidad, integralidad y universalización que orientan la rehabilitación psicosocial de la población que utiliza los servicios de salud mental en el territorio brasileño, tal como lo propugna la Ley n° 10.216/2001.

Cabe mencionar que el auge de proposiciones forjadas por la lógica privatizadora del Sistema Único de Salud, se sustentan en tendencias rentables y segregacionistas que se expresan, especialmente, en procesos de exclusión social, estigmatización y naturalización del exterminio de la población joven negra periférica, gente sin hogar, pueblos tradicionales y comunidades de descendientes de esclavos, entre otros grupos sociales más vulnerables, enfocados en el prisma de peligrosidad, incapacidad y/o moralismo, que sustentan los regímenes de contención, vigilancia, disciplinización y ajuste al *status quo*. Cabe decir incluso, aunque carezca de estudio y análisis rigurosos, acaba de publicarse el Decreto N° 10.530/2020, que traslada al Ministerio de Economía determinaciones sobre la política de atención primaria a la salud prebendo alianzas con el sector privado.

En este sentido, cabe señalar también que la supuesta ingenuidad presente en supuestos que apuntan a asegurar la expansión de la educación democrática en diferentes niveles, se circunscribe en la lógica empresarial subsumida a los intereses del capital extranjero, como se indica en los significados de raíz de la ordenanza n° 434/2020, que propone la sistematización de un Grupo de Trabajo fundamentado en formulaciones que apuntan a subsidiar el desarrollo de estrategias orientadas a ampliar la oferta de cursos de educación superior en la modalidad de educación a distancia en universidades federales. Tales medidas para acelerar la educación a distancia en las instituciones públicas, a su vez, comprometidas con la expansión y consolidación del proceso de mercantilización de

la educación por parte de los conglomerados internacionales se expresan en la generalizada “educación bancaria” (Freire, 1970/1987), que se manifiesta en la acentuación de órdenes formativas normativas, meritocráticas y productivistas, que agravan las precarias condiciones de los procesos de enseñanza-aprendizaje, alienando cada vez más la actividad docente. En efecto, tales aspectos refuerzan el vaciamiento de la función social del acto de enseñar, que debe sobresalir en su intencionalidad en dotar a los estudiantes de instrumentos y signos culturales que les permitan apropiarse de los conocimientos sistematizados histórica y colectivamente por la humanidad, que son bases fundantes del compromiso ético y político con la transformación de la realidad, revelándose como un retroceso histórico y que afectan, sobre todo, a la expresiva porción pobre de la población brasileña.

Además, en este número se publica el artículo *Contribuciones del Postgrado sobre educación para el tránsito*, que revisa las investigaciones en este campo, dada la importancia del tema y la necesidad de realizar esfuerzos para reducir la morbimortalidad en el tráfico en el país. Vale decir que recientemente se modificó el Código Nacional de Tránsito, flexibilizando las sanciones por infracciones que pongan en peligro la vida de los seres humanos.

Una vez más no podemos dejar de destacar la colaboración de muchas personas, entre ellas estudiantes de maestría, estudiantes de doctorado y exalumnos, hoy doctores y estudiantes postdoctorales, de nuestro PED: Ruzia Chaouchar dos Santos, Bárbara Palhuzi, Cíntia de Fátima, Jaqueline Nery, Daniele Kramm, Luciana Magalhães, Alessandra Olivieri, Regina Prandini, Marcus França Lopes, Sandra de Oliveira, Jéssica Silva, Priscila da Costa, Aline Matos, además del asistente de coordinación del Programa, Edson Aguiar. Sin cada uno/una de vosotros/vosotras, la realización de esta Revista no sería posible. También estamos agradecidos a los numerosos compañeros investigadores que, en una situación tan excepcional, encontraron tiempo para contribuir a las evaluaciones de los artículos presentados a la Revista. Reconocemos, en particular, la importancia del Programa PIPEQ, de la PUC-SP, que ha financiado esta publicación, así como los demás profesionales de la Universidad, en especial Waldir Alves, que nos ha dado un excelente apoyo profesional.

Referencias

- Freire, P. (1970/1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Brasil. (2020). Portaria nº 069, de 14 de maio de 2020. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 22 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 20 out. 2020. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm
- Brasil. (2020). Portaria nº 434/2020, de 22 de outubro de 2020. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 24 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-434-de-22-de-outubro-de-2020-284699573>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. *Diário Oficial da União*. Recuperado: 27 out. 2020. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.530-de-26-de-outubro-de-2020-284999568>

Recibido: 27 de octubre de 2020
Aprobado: 28 de octubre de 2020